

VOL III

EDUCAÇÃO:

TEORIAS, MÉTODOS E PERSPECTIVAS

PAULA ARCOVERDE CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)

 EDITORA
ARTEMIS
2021

VOL III

EDUCAÇÃO:

TEORIAS, MÉTODOS E PERSPECTIVAS

PAULA ARCOVERDE CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)

 EDITORA
ARTEMIS
2021

2021 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Editora Artemis



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadora	Prof. ^a Dr. ^a Paula Arcoverde Cavalcanti
Imagem da Capa	Daniel Collier / 123RF
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”, Cuba*
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, *Universidade Federal de Uberlândia*
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, *Universidade Federal da Paraíba*
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano, Peru*
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, *Universidade do Estado de Mato Grosso*
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, *Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Padovesi Fonseca, *Universidade de Brasília-DF*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, *Universidade Aberta de Portugal*
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, *Universidade Federal da Grande Dourados*
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, *Universidade Estadual do Maranhão*
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal*
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, *Universidade de São Paulo*
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, *Universidade Federal de Roraima*
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, México*
Prof.^a Dr.^a Emilias Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional, Argentina*



Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, *Universidade Federal do Triângulo Mineiro*
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, *Instituto Politécnico da Guarda*, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, *Universidade São Francisco*
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, *Universidade Federal do Amazonas*
Prof. Me. Javier Antonio Alborno, *University of Miami and Miami Dade College*, USA
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, *Universidade de Évora*, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, *UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros*
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, *Universidade Estadual Paulista*
Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, *Universidade Federal de Goiás*
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, *Universidade de Passo Fundo*
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, *Universidade Estadual Paulista*
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, *Universidade Federal de Sergipe*
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, *Universidade Federal de Ouro Preto*
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, *Universidade Federal da Bahia*
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, *Universidade Nova de Lisboa*, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, *Universidade Federal do Maranhão*
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, *Instituto Politécnico de Viseu*, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, *Universidade Federal de Lavras*
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, *Universidade Federal Fluminense*



Prof.^a Dr.^a Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof.^a Dr.^a Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.^a Dr.^a Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [livro eletrônico]: teorias, métodos e perspectivas: vol. III /
Organizadora Paula Arcoverde Cavalcanti. – Curitiba, PR: Artemis,
2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-87396-46-0

DOI 10.37572/EdArt_151221460

1. Educação. 2. Ensino – Metodologia. 3. Prática de ensino.
I. Cavalcanti, Paula Arcoverde.

CDD 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

O Livro **“Educação: Teorias, Métodos e Perspectivas”** é composto de trabalhos que possibilitam uma visão de fenômenos educacionais que abarcam questões relacionadas às teorias, aos métodos, às práticas, à formação docente e de profissionais de diversas áreas do conhecimento, bem como, perspectivas que possibilitam ao leitor um elevado nível de análise.

Sabemos que as teorias e os métodos que fundamentam o processo educativo não são neutros. A educação, enquanto ação política, tem um corpo de conhecimentos e, o processo formativo dependerá da posição assumida, podendo ser incluyente ou excluyente.

Nesse sentido, o atual contexto – econômico, social, político – aponta para a necessidade de pensarmos cada vez mais sobre a educação a partir de perspectivas teóricas e metodológicas que apontem para caminhos com dimensões e proposições alternativas e incluyentes.

O **Volume III** reúne 25 trabalhos luso-hispânicos que proporcionam reflexões acerca das teorias educacionais, formação docente e de outras áreas do conhecimento a partir da ideia de que as constantes mudanças em todos os níveis de uma sociedade, levam a novas demandas profissionais. Nele se destaca a ideia da formação inicial como uma das possibilidades para ressignificar os sujeitos e, também, capacitar os indivíduos para a aprendizagem constante. Deste modo, possibilita ao leitor análises tão necessárias no e do atual contexto.

A educação, entendida como um processo amplo que envolve várias dimensões, precisa ser (re)pensada, (re)analizada, (re)dimensionada, (re) direcionada.

Espero que façam uma boa leitura!

Paula Arcoverde Cavalcanti

SUMÁRIO

TEORIAS, FORMAÇÃO E PERSPECTIVAS

CAPÍTULO 1.....1

A ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA DA GESTÃO PESSOAL DA CARREIRA EM CONTEXTO DE DESEMPREGO

Susana Raquel Teixeira Gonçalves

Maria do Céu Taveira Castro Silva Brás Cunha

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1512214601

CAPÍTULO 2..... 13

ANÁLISIS DOCUMENTAL DEL PERFIL COMPETENCIAL DEL DOCENTE UNIVERSITARIO EN UN PAÍS LATINOAMERICANO, MEDIANTE TEORÍA FUNDAMENTADA

Adriana Romero-Sandoval

María Gabriela León Guajardo

Nancy Torres Montalvo

Pablo Carrillo Guarderas

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1512214602

CAPÍTULO 3.....23

CIUDADELAS EDUCATIVAS EN GUADALAJARA DE BUGA 2012-2019: TRASCENDENCIA DE LA GESTIÓN ADMINISTRATIVA PARA EL DESARROLLO EDUCATIVO LOCAL

Germán Trujillo Martínez

Jhon Harold Suare Vargas

Julián Andrés Latorre Herrada

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1512214603

CAPÍTULO 4..... 33

CONTRIBUIÇÃO À IDENTIDADE DA DISCIPLINA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Marilene de Melo Vieira

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1512214604

CAPÍTULO 5..... 44

EDUCAÇÃO BÁSICA ESCOLAR MOÇAMBICANA: AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A VIDA: UMA BREVE REFLEXÃO

António Ali

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1512214605

CAPÍTULO 6.....55

EDUCACIÓN AMBIENTAL DE ESTUDIANTES EN PREPARATORIA AGRÍCOLA, UACH

Martha Castillo Beltrán

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1512214606

CAPÍTULO 7 66

EL TRASCENDENTALISMO LITERARIO ENTRE CUBA, REPÚBLICA DOMINICANA Y PUERTO RICO

Iván Segarra – Báez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1512214607

CAPÍTULO 8.....78

ESTÃO OS/AS ESTUDANTES DE ENSINO PROFISSIONAL ENVOLVIDOS/AS NA ESCOLA?

Cláudia Candeias

Madalena Melo

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1512214608

CAPÍTULO 9..... 93

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: DISCURSO DA AUTONOMIA E CONSTRUÇÃO DA HETERONOMIA

Marilene de Melo Vieira

 https://doi.org/10.37572/EdArt_1512214609

CAPÍTULO 10..... 109

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO CATALISADOR DA INCLUSÃO ESCOLAR

Mónica Simão Mandlate

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146010

CAPÍTULO 11.....122

IGUALDAD, EQUIDAD E INCLUSIÓN DESDE UNA VISIÓN CURRICULAR EN LA UNIVERSIDAD ECUATORIANA

Iliana María Fernández Fernández
Francisco Samuel Mendoza-Moreira
Montserrat Bergmann
Jimmy Alberto Calle García
Denisse Loreth Aguilar Mendez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146011

CAPÍTULO 12135

KA-A E A MATA ME CHAMA: A IMPROVISAÇÃO COMO CAMINHO DE RESISTÊNCIA PARA O ENSINO DA DANÇA

Mariana Marques Kellermann
Glaise de Nazaré Ramos Bastos Rodrigues

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146012

CAPÍTULO 13.....143

LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA RECIENTE EN LA FUNCION POLÍTICA DE LA EDUCACION: LAS MACRO POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEMORIA, ¿FAVORECEN LA DISCUSIÓN Y LA CONSTRUCCIÓN DE CIUDADANÍA?

Carla Bernardoni Pedreira

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146013

CAPÍTULO 14.....154

LA FORMACIÓN AXIOLÓGICA EN LOS ESTUDIANTES DE LAS CIENCIAS JURÍDICAS EN EL SALVADOR: UN MODELO PEDAGÓGICO

Walter Simón Cornejo Salmerón

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146014

CAPÍTULO 15.....172

LA FORMACIÓN DE DOCENTES DE EDUCACIÓN FÍSICA, UN RETO DE LA REFORMA EDUCATIVA MEXICANA

Oscar de Loera Díaz
Roberto Romo Marín
Lluvia Ofelia Palomino Robledo
Juana Araceli Marín Cardona

Erika Yadira Medina Burgos
José Santos Torres Garibay
Juan José Palacios Arellano

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146015

CAPÍTULO 16.....179

LA FORMACIÓN DE MAESTROS AUTÓNOMOS Y CRÍTICOS. UNA APORTACIÓN METODOLÓGICA

Carlos Campo Sánchez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146016

CAPÍTULO 17 186

LA SUPERACIÓN PROFESIONAL PEDAGÓGICA DE LOS DOCENTES EN ANGOLA. UNA PROPUESTA

Bartolomeu José Fontes

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146017

CAPÍTULO 18..... 194

PERCEÇÕES DOS PROFESSORES FACE À TRANSIÇÃO PARA A VIDA ATIVA DE ALUNOS COM NEE

Maria Celeste de Sousa Lopes

Alfredo Silva

Elsa Paço

João Alves

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146018

CAPÍTULO 19.....205

PERSPETIVAR CONDIÇÕES PROMOTORAS DA AUTONOMIA NA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR

Marina Isabel Felizardo Correia Duarte

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146019

CAPÍTULO 20.....217

PROCESOS DE ESCRITURA EN EL NIVEL SUPERIOR: ANÁLISIS DE UNA PROPUESTA DE TALLER

Marcela Fabiana Melana

Gabriela Carnevale

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146020

CAPÍTULO 21225

PROGRAMA DE APOIO AOS PROFESSORES INICIANTES (PAPIN): REFLEXÕES SOBRE AS AÇÕES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE (2015-2020)

Carla Fernanda Figueiredo Felix
Ana Maria Brochado de Mendonça Chaves
Caroline Costa Silva Cândido

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146021

CAPÍTULO 22 237

REFLEXIVIDADE ÉTICA NA CARREIRA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E EMPÍRICAS

Cátia Marques
Ana Daniela Silva

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146022

CAPÍTULO 23255

REFORMULAÇÃO E POLÍTICAS DE IMPLANTAÇÃO DE NOVAS PROPOSTAS CURRICULARES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel de Sousa Will
José Augusto Pacheco

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146023

CAPÍTULO 24265

UN ACERCAMIENTO FENOMENOLÓGICO SOBRE LA PARTICIPACIÓN DE LAS MUJERES DOCENTES DE NIVEL SECUNDARIA DESDE UN ENFOQUE DE GÉNERO

María Guadalupe del Socorro López Álvarez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146024

CAPÍTULO 25 273

UNA VISIÓN INTEGRAL EN EL PREESCOLAR: APROXIMACIONES A UNA EDUCACIÓN PARA LA PAZ

Armando Martínez Contreras
Patricia Romero Arce

 https://doi.org/10.37572/EdArt_15122146025

SOBRE A ORGANIZADORA283

ÍNDICE REMISSIVO284

CAPÍTULO 23

REFORMULAÇÃO E POLÍTICAS DE IMPLANTAÇÃO DE NOVAS PROPOSTAS CURRICULARES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Data de submissão: 08/09/2021

Data de aceite: 28/09/2021

João Manuel de Sousa Will

Universidade Federal do Tocantins
Palmas, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/8887837414012957>

José Augusto Pacheco

Universidade do Minho, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-4623-6898>

RESUMO: O estudo da reformulação do curso de graduação em Administração nas universidades brasileiras no contexto de mudanças nacionais procura entender a possibilidade de tomadas de decisões curriculares no curso de Administração de uma universidade brasileira. Pesquisa realizada na Universidade do Minho, na especialidade de Desenvolvimento Curricular. O trabalho faz uma reflexão de como vem ocorrendo essas reformas curriculares. Finalmente, verificou-se que a nova proposta curricular das DCN/2005 possibilita decisões curriculares e práticas curriculares inovadoras que permitem não só a reflexão da realidade socioeconômica, mas também a formação de administradores com competências e habilidades para gerir as organizações e como agentes de mudança diante das práticas reprodutoras

de ferramentas e execução de atividades ultrapassadas, mas desenvolvidas no contexto organizacional e social.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas curriculares. Curso de administração. Reformas. Diretrizes Curriculares. Currículo Oficial.

REFORMULATION AND IMPLEMENTATION POLICIES OF NEW CURRICULAR PROPOSALS FOR THE ADMINISTRATION COURSE

ABSTRACT: The study of the reformulations of the undergraduate course in Administration in Brazilian universities in the context of national changes, seeks to understand the possibility of curricular decision making in the course of Administration of a Brazilian university, a study carried out at the University of Minho, in the specialty of Curriculum Development. The paper reflects on how these curricular reforms have occurred. Finally, it was verified that the new curricular proposal of the DCN / 2005 makes possible curricular decisions and innovative curricular practices that allow not only the reflection of the socioeconomic reality, but also the formation of administrators with skills and abilities to manage the organizations and as agents of change in Reproductive practices of tools and execution of outdated activities in the organizational and social context.

KEYWORDS: Curriculum Policies. Administration Course. Reforms. Curriculum Guidelines. Official Curriculum.

1 INTRODUÇÃO

As reformas realizadas nos currículos do ensino superior no Brasil, desde os anos de 1960, foram provenientes de um contexto de regulação social e econômica, pautadas nas necessidades profissionais para compor os cargos organizacionais vigentes no sistema capitalista, na busca de uma nova institucionalidade. Segundo Silva Júnior (2002), o fortalecimento institucional tem se voltado para legitimar as contradições vigentes nas relações sociais e de produção.

É neste contexto que o currículo do curso de Administração nas universidades brasileiras vem passando por várias reformas. Historicamente, o currículo do curso de Administração foi marcado por três momentos distintos, a criação do currículo mínimo, em 1966, a implantação do currículo pleno, em 1993 e 1996 e a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais 2004 e 2005 (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO-CFA, 2005; CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA – CRAB; 2010).

2 O CURRÍCULO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

De acordo com Pacheco (2002), o princípio que rege o currículo é a construção social e histórica, desse modo, não é neutro e nem atemporal. Sendo assim, na universidade há uma relação de construção e reconstrução curricular de acordo com o momento histórico e a época do funcionamento de cada curso em particular. Neste processo se estabelece relações educacionais e políticas que vão permitir essa organização. Desse modo, leva-se em consideração a política curricular, “como um espaço público de decisão” (PACHECO, 2002, p. 8), quer dizer que a universidade é o local de “tomada de decisões e que estas não ficam circunscritas à administração” (IBIDEM, 2002, p.8), ou seja, às decisões do MEC.

2.1 REFORMULAÇÃO E REFORMAS DO CURRÍCULO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Na retrospectiva histórica do currículo do curso de administração fica evidenciada que no Brasil o curso teve um surgimento tardio no continente americano. Nos Estados Unidos da América a sua criação ocorreu no séc. XIX, em 1881. Somente seis décadas depois é que o curso foi criado no Brasil, em 1941 (NICOLINI, 2000; CFA, 2005), pela Escola Superior de Administração de Negócios – ESAN/SP, com base no modelo da Graduate School of Business Administration da Universidade de Harvard, mas segundo Ministério da Educação Secretaria de Educação Superior (2005), funcionou como curso Livre por 19 anos.

O primeiro currículo especializado elaborado em 1954 pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, EBAP/FGV e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - EAESP/FGV (PIZZINATTO, 1999; CFA, 2005), voltou-se à área de Administração Pública e de Empresas.

No entanto, o primeiro currículo mínimo do curso de Administração só foi regulamentado em 1965 pela Lei 4.769, com uma carga-horária de 2.700 horas-aula e habilitava o Técnico em Administração a partir das disciplinas comuns às duas áreas existentes: Administração Pública e Administração de Empresa (BRASIL, 2005a). Contudo só foi “regulamentado e aprovado pelo Decreto n 61.934, de 24 de fevereiro de 1966” (IBIDEM, 2005, p. 21). Essa categoria de técnico sofreu uma mudança em 13 de junho de 1985, por meio da Lei 7.321, que foi alterada para a de Administrador.

Em 1993, o currículo do Curso de Administração sofreu uma nova reforma, pela Resolução 02, de 04 de outubro de 1993 (IBIDEM, 2005a). Dessa vez instituiu-se o currículo pleno dos cursos de graduação em Administração, visando uma modernização para atender a demanda de mercado com uma formação generalista/especialista. Assim, foram criadas habilitações específicas, determinando as matérias fixadas pela própria resolução e outras que fossem indicadas a serem trabalhadas no currículo pleno.

Os primeiros currículos apresentavam uma excessiva rigidez, mas as reformas de 1966 e 1993 trouxeram um avanço, uma vez que possibilitaram a mudança curricular a partir das Diretrizes curriculares, que trouxe ao curso de Administração um avanço significativo.

A partir da aprovação da Lei n 9.394/1996, a nova LDB da educação brasileira, as mudanças na educação superior começaram a ser promovidas. As transformações socioeconômicas, geopolíticas e tecnológicas impuseram novas necessidades e aceleraram as reformas nos cursos de graduação das Instituições Educacionais. No entanto, a partir de 2003 o Fórum Nacional de Pró-reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (FORGRAD) reuniram-se para promover a discussão sobre o currículo universitário e assim essa associação elaborou um documento com as diretrizes e orientações gerais, visando a flexibilização do currículo, a partir da análise e da contribuição de especialistas e de Pró-reitores de Graduação das universidades brasileiras.

A flexibilização curricular é uma tendência que se constitui numa estratégia de renovação que permite compreender “a formação pautada pela natureza dos planos de estudo, dos programas das disciplinas baseadas numa relação transdisciplinar” (WILL, 2015, p. 128). Sendo assim, é preciso “definir os perfis de competências, a coerência epistêmica organizacional, os princípios orientadores do projeto pedagógico e os critérios de participação nas tomadas de decisão” (IBIDEM, 2015, p. 128).

Neste contexto de discussão surge a nova reforma curricular do curso de graduação de Administração, bacharelado, por meio do Parecer MEC/CNE/CES nº 134/2003 através das Diretrizes Curriculares Nacionais, sendo homologada em 5 de setembro do mesmo ano, mas a sua concretização deu-se pela da Resolução MEC/CNE/CES nº 1 de 2 de fevereiro de 2004. Tal Resolução foi reformulada por meio da Resolução MEC/CNE/CES nº 4 e 13 de julho de 2005. Essas diretrizes apontaram para uma flexibilidade na construção dos currículos plenos do Curso de graduação em Administração (Brasil, 2005b).

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa que resultaram neste artigo são de natureza qualitativa. Assim, buscou-se desenvolver uma análise bibliográfica e documental para o entendimento de como vem ocorrendo essas formulações e quais suas relações com o contexto vigente da UFT. Essa investigação foi realizada em dois níveis: análise de trabalhos científicos e análise de documentos Resoluções nº 1, nº 2, e nº 4; Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Ministerial nº 4.034, de 8 de dezembro de 2004; publicação do Conselho Federal de Administração - CFA; teses, dissertações e artigos, para sistematizar unidades de análises com as categorias identificadas para dá respostas aos objetivos formulados.

Os dados utilizados foram adquiridos por meio de sites oficiais das respectivas instituições e todas as informações foram coletadas e relacionadas com as reformas curriculares dos cursos de Administração em nível de currículo oficial e o currículo deste curso através do seu Projeto Pedagógico.

Análise dos dados se consistiu em selecionar e classificar as categorias de análise (Dispositivo legal indicado nas reformas curriculares), organização curricular e carga horária para a formação no curso de Administração em cada reforma curricular, visando verificar quais os elementos utilizados ao longo do tempo e quais as suas relações com o contexto econômico, social e educacional para as reformas curriculares do Curso de Administração nas Universidades brasileiras e por fim, destacar as mudanças no curso de Administração da UFT.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

O curso de Administração, desde a sua criação, marca o processo de desenvolvimento curricular, culminando com o currículo mínimo fixado em 1966, por meio do Parecer do CES nº 307, tendo como referência a Lei 4.769, de 10 de setembro de 1965. Seguiram novas reformas curriculares que resultaram nas Resoluções nº 2/1993 e Resolução nº 4/2005, como se observa no quadro 1.

Quadro 1. Dispositivos legais da criação e reformas do curso de Administração.

Categorias	Currículo Mínimo	Currículo Pleno	Diretrizes Curriculares
Dispositivo legal	Parecer n°. 307/1966	Resolução n°.2/1993 MEC/CEF	Resolução n.4 07/ 2005
Carga horária	2.700horas	3.000 horas	Definida em Resolução da Câmara de Educação Superior

Fonte: pesquisa documental.

O currículo mínimo aprovado pelo parecer n° 307/1966, do Conselho Federal de Educação teve como objetivo o agrupamento de disciplinas de cultura geral (dando prioridade as de conhecimento administrativo) e instrumentais (aquelas que possibilitavam a formação profissional), com quatorze disciplinas, além das quais, era obrigatório cursar direito administrativo ou administração de produção e vendas, bem como, o Estágio Supervisionado por seis meses, totalizando 2.700 horas. Este currículo possibilitava uma formação tecnicista e habilitava o técnico em Administração Pública e/ou Administração de empresas.

Tal currículo foi sendo reformado ao longo do tempo. A Resolução do MEC/CFE n. 18/1973, através do parecer n° 18/1973 fixou os conteúdos mínimos e duração da habilitação em Administração Hospitalar do curso de administração. O mesmo ocorreu no corrente ano com a habilitação em Comércio Exterior através da Resolução n. 21/1973 (BRASIL, 2005a). A partir dessas novas habilitações o curso de Administração receberam as seguintes nomenclaturas: Administração Pública, Administração de Empresas, Administração hospitalar, Administração em Comercio Exterior.

Na busca de atender as necessidades de mercado foi viabilizada a modernização curricular, para atender uma formação generalista/específica. Deste modo, com base no parecer CFE n° 433/1993 a Resolução MEC/CFE n° 2/1993 fixou os mínimos de conteúdos e a duração do curso, trazendo inovação que permitiu às instituições a implementação da habilitação fixada em lei e criação de habilitações específicas em administração no tempo hábil de 3.000 horas. Isso possibilitou “às instituições incluírem em seus currículos plenos os conteúdos específicos correlacionados ao foco do curso em determinada área da Administração” (Brasil, 2005a, p. 14). Sendo assim, a habilitação geral (Administrador) determinada em lei, indicada no anverso do diploma permitia a criação de habilitações específicas fixadas na Resolução e as indicadas no verso, não mais de duas (Ibidem, 2005).

Como se observa no quadro em referência o currículo do curso de Graduação em Administração teve a sua configuração a partir do currículo oficial ou do dispositivo legal

até 2005. A regulamentação oficial do curso tem sido o alicerce para o desenvolvimento curricular no contexto universitário. Na Resolução MEC/CEF nº 2/1993 se estabeleceu para o curso de administração as matérias da formação básica instrumental; da formação profissional; das disciplinas eletivas e complementares e o estágio supervisionado.

O currículo proposto previa as disciplinas específicas no próprio currículo mínimo que habilitava para o exercício da profissão de Administrador, com um total de 1.020 horas para a formação profissional, o qual não podia ser alterado pelas Instituições de Ensino Superior (IES). “O art. 3º deixava claro que os estudos correspondentes às matérias fixadas pela antiga base legal dos cursos de Administração, que estruturavam as habilitações específicas, deveriam estar previstos no currículo pleno do curso” (IBIDEM, 2005, p. 14). Esta foi a forma encontrada de evitar que o curso de Administração tivesse várias nomenclaturas e a possibilidade de elucidar o foco ou aprofundamento de estudos em determinadas áreas de Administração.

Contudo, as reformas no currículo do curso de Administração, não pararam com a Resolução de 1993, de acordo com o MEC/SESU (Brasil 2005a) a interpretação equivocada e os artifícios das IES multiplicaram o curso de Administração em vários cursos de bacharelados na área de Administração, como: “bacharelado em Ciências Gerenciais e Orçamentos Contábeis, Gestão de Negócios Internacionais, Marketing, Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, Gestão de Agronegócios, Gestão de Cooperativas, dentre tantos outros”(IBIDEM, 2005a).

Essa multiplicação de habilitações no curso de graduação em Administração, bacharelado, desvirtuou-se totalmente do objetivo de flexibilizar às instituições de criarem o nome das habilitações específicas na nomenclatura do curso. Assim, foram criados dois problemas, o primeiro a dissociação das habilitações da área de administração e o segundo, descaracterização dos cursos de Bacharelados que se pulverizaram para vários campos específicos. No entanto, a partir da nova LDB de 1996, a flexibilidade das IES ficou atrelada ao objetivo de formar profissionais para atender determinados segmentos ou setores produtivos “não contemplados pelos cursos de bacharelado tradicionais” (BRASIL, 2005).

Eis que surge à nova Resolução do Ministério de Educação e Cultura, MEC/ Conselho Nacional de Educação, CNE/ Conselho de Educação Superior, CES n 4, de julho de 2005, publicada no DOU de 19/07/2005, para o Curso de Graduação em Administração, Bacharelado. Essa teve como objetivo retificar alguns dispositivos da Resolução MEC/ CNE/CES nº. 1, de 02/02/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Tais mudanças trouxeram nova concepção de ensino da Administração no país, as novas DCN deram maior autonomia para as IES criarem seus projetos pedagógicos

de modo a assegurar melhores condições de qualidade de ensino e competitividade. O indicativo de Linhas de formação específicas no curso de Administração passou a visar o aprofundamento de estudos em determinada área estratégica, mas a nomenclatura do curso é designada de Graduação em Administração, Bacharelado. Substituindo assim, as antigas habilitações. Como se ilustra no quadro 2.

Quadro 2. Categorias marcantes do currículo do Curso de Administração.

Categorias	Diretrizes Curriculares
Organização curricular	<p>Flexível de acordo com as necessidades regionais e locais com indicadores de formação de competências e habilidades e os conhecimentos dos eixos curriculares</p> <p>Estágio a ser decidido pela IES.</p> <p>Organização mediante o Projeto Pedagógico do curso de Administração elaborado na Instituição.</p>
Projeto Pedagógico da UFT	Inclui a concepção do curso, seu currículo pleno e sua operacionalização, dentre os objetivos, visualiza-se a contextualização institucional, política, geográfica e social;

Fonte: pesquisa documental.

Como se observa no quadro 2, a organização curricular e o projeto pedagógico são instituídos como elementos primordiais para a estruturação do curso conforme as Diretrizes curriculares nacionais. Nas quais, os eixos ou conteúdos curriculares trouxeram inovações ao curso de Administração, pois substituiu a ideia de matéria e disciplinas (BRASIL, 2005b) e com o indicativo dessa organização as IES estruturam a formação do Administrador com base nos quatro eixos: conteúdos de formação básica; conteúdos de formação profissional; conteúdos de estudos quantitativos e tecnológicos; e de formação complementar. Conforme o artigo 5º da Resolução do MEC/CNE/CES n 4, de 13 julho de 2005 (BRASIL, pp. 3-4, 2005), como se observa a seguir:

- I. Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;
- II. Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

- III. Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração;
- IV. Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando (...)

De acordo com o MEC/SESU (BRASIL, 2005a) a formação profissional baseada nos conteúdos do artigo 5º da referida Resolução, procura fazer um “paralelo com as áreas de atuação do Administrador definidas pela Lei 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no regulamento aprovado pelo Decreto n 61.934 de 24 de fevereiro de 1966” (MEC/SESU, 2005a). Observando-se assim, que as reformas curriculares do curso de Administração, não só se adequa a nova realidade, mas conserva no seu núcleo conteúdo anteriormente definidos pelo currículo oficial.

Ainda é observado que as novas DCN se preocupam com o modo das equipes universitárias perceberem o currículo, uma vez que, propõe a possibilidade de uma participação ativa de coordenadores de cursos, professores, alunos, entre outros colaboradores que atuam no contexto universitário.

Contudo, Pacheco (2002) perspectiva as decisões curriculares baseadas na investigação e avaliação das experiências. No que diz respeito à experiência é realçado por Will, (2015, p.119) que a construção do currículo de Administração da UFT respeitou a experiência ao longo da história do Curso.

É neste sentido que Will (2015) destaca que a primeira construção do currículo do curso de Administração da UFT, baseada nas DCN, respeita a experiência anterior dos professores da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS - (Universidade pública mantida pelo governo do Estado do Tocantins). As histórias dessas duas universidades estão relacionadas desde a política de extinção dos cursos presenciais da UNITINS e criação da UFT.

Deste modo, nos últimos anos, além de ser levada em consideração a experiência curricular anterior, outras reformulações vêm sendo feita, diante da inserção de novos professores com novas concepções de currículo, integrando ou modificando outros aspectos. Dentre os quais foram evidenciados e explícitos, as questões do contexto e da contextualização.

O contexto universitário pressupõe um diálogo contínuo entre aqueles que vêm tomando decisões, mostrando que há uma correlação entre diferentes dimensões curriculares, a nacional e local, estabelecendo-se, assim, um processo dinâmico e contínuo, implicando em critérios privilegiados, visando a coordenação vertical e horizontal do projeto pedagógico, bem como discute Pacheco (2002).

Na dimensão local, quando se trata da construção, reconstrução de currículos, os conflitos são inerentes, no entanto, a expressão de uma postura crítica e reflexiva contribui para a resolução de tal situação conflituosa.

Nesta perspectiva se faz necessário, de acordo com Pacheco (2002, p 8-9), das seguintes ideias-chave: “de um propósito educativo planejado no tempo e no espaço em função de finalidades; de um processo de ensino–aprendizagem, com referência a conteúdos e atividade; de um contexto específico”, ou seja, o da universidade, com a organização formativa do curso pela coordenação.

5 CONCLUSÃO

A partir da análise e interpretação dos dados sobre as reformas do curso de administração desde a sua criação, concluiu-se que houve pouca transformação neste curso, as mudanças foram mais ampliações para adaptar a formação dos administradores as novas exigências do Mercado.

É importante ressaltar que as reformas foram se dando dentro de um contexto nacional e internacional. A formação dos Administradores foi se adequando para atuação no mercado e conforme o desenvolvimento da própria Administração, contextualizada na necessidade que as empresas apresentam para se manter diante de questões de desenvolvimento tecnológico, globalização e os problemas ambientais.

Assim, o currículo do curso de Administração na UFT, seguiu as orientações das DCN, considerando as questões regionais prevista no Planejamento da Universidade nas questões relacionadas com a gestão vinculada à Amazônia Legal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, (2005). **Manual do Administrador**: Guia de Orientação Profissional. Brasília, DF. Biênio, 2005-2006.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (2010). **História da profissão**. Retirado em 20 de março de 2011, de <http://www.cra-ba.org.br/Pagina/57/Historia-da-Profissao.aspx>.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES Brasileiras – FORGRAD. Concepções e Implementação da Flexibilização Curricular. **XVI encontro nacional de pró-reitores de graduação das universidades brasileiras**. Campo Grande, Mato grosso do Sul, 2003.

BRASIL. Resolução n. 2. do Ministério de educação e do Desporto e do Conselho Federal de Educação. **Diário Oficial da União-DOU**, 14 de outubro de 1993. Brasília: Presidência da República, 1993.

BRASIL. **Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Ministerial n. 4.034, de 8 de dezembro de 2004**. Ministério da Educação e Secretaria de Educação Superior- MEC/SESU. Brasília, 2005a.

BRASIL. Resolução n. 4. do Ministério de educação e Cultura, Câmara da Educação Superior do Conselho Nacional de educação – MEC/CES. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração. **Diário Oficial da União-DOU**, 17 de julho de 2005. Brasília: Presidência da República, 2005b.

NICOLINI, ALEXANDRE MENDES. A graduação em administração no Brasil: uma análise das políticas públicas. **Dissertação**, 109f. (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2000.

PACHECO, J. A. **Construção e avaliação do projeto curricular de escola**. Porto. Portugal: Porto Editora, 2002.

PIZZINATO, N. K. Ensino de Administração e perfil do Administrador: contexto nacional e o curso de administração da UNIPED. **Revista Impulso**, n. 26, pp.173-190. 1999.

SILVA JÚNIOR, J. R Estado moderno, cidadania e educação. In: Silva Júnior (Org.). **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC** (pp. 9 - 37). São Paulo: Xamã, 2002.

WILL, João Manuel de Sousa 2015. **Currículo e Profissionalidade Docente**: Uma Análise Curricular do Curso de Administração da Universidade Federal do Tocantins-Brasil (Tese de Doutorado). Universidade do Minho, Portugal, 398, p.

SOBRE A ORGANIZADORA

Paula Arcoverde Cavalcanti - Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Titular Pleno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando na graduação em Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Letras e na Pós-Graduação em Geografia e Desenvolvimento Territorial. Integra Grupo de Pesquisa - CNPq - Análise de Políticas de Inovação (GAPI), vinculado ao Departamento de Política Científica e Tecnológica da UNICAMP. Atuou como Coordenadora do Curso de Pedagogia (Campus XIII-UNEB), Coordenadora da Pós-Graduação Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional e Coordenadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Tem atuado profissionalmente na área Gestão Pública, Análise e Avaliação de Políticas Públicas e de Educação. Autora dos livros “Análise de políticas públicas: um estudo do Estado em ação” e “Gestão Estratégica Pública” e organizadora do Livro: “Educação: Teorias, Métodos e Perspectivas.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acercamiento fenomenológico 265, 266
Adolescentes 23, 78, 82, 84, 86, 88, 90, 175, 239, 270
Aprendizagem autodirigida 205, 207, 208
Arquipélago 66
Atividades lúdicas 136
Autonomia na aprendizagem 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 215

B

Biopsicosocial 23

C

Carreira 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 82, 83, 228, 229, 232, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251
Ciencias Jurídicas 121, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 169, 171, 261
Ciudadela 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32
Clausura cognitiva 93, 97, 100, 101
Competência 3, 15, 21, 44, 46, 81, 85, 111, 155, 174, 189, 205, 206, 271
Comportamentos adaptativos 1, 5, 8
Construcción social de la realidad 273, 276, 281
Cultura 2, 15, 23, 46, 47, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 66, 69, 70, 73, 93, 94, 97, 99, 100, 101, 115, 122, 127, 128, 132, 138, 144, 178, 195, 196, 202, 217, 219, 223, 224, 231, 240, 259, 260, 264, 266, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 280
Cultura ambiental 55, 56, 63
Cultura de paz 273, 274, 275, 276, 277, 278, 280
Currículo oficial 255, 258, 259, 262
Curso de administração 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

D

Dança-jogo 135
Derechos humanos 129, 130, 143, 145, 146, 151, 153, 164, 275, 277
Desempeño profesional 164, 186, 187, 188, 189, 192
Desemprego 1, 2, 7
Didáctica 173, 174, 177, 178, 185, 186, 189, 190, 191, 192

Dimensão imaginária 33, 37, 39

Diretrizes Curriculares 255, 256, 257, 258, 260, 261, 264

E

Educação 2, 9, 11, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 79, 82, 85, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 100, 101, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 138, 141, 192, 193, 194, 195, 196, 200, 202, 203, 204, 205, 214, 216, 225, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 256, 257, 259, 260, 263, 264

Educação básica 44, 48, 49, 51, 52, 53, 115, 116, 117, 225, 226, 227, 233, 234

Educación 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 31, 32, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 92, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 133, 134, 143, 144, 145, 146, 152, 153, 154, 155, 156, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 224, 235, 265, 266, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282

Educación ambiental 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64

Educación Física 172, 173

Educación para la paz 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282

Educación superior 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 27, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 134, 155, 174, 185, 186, 188, 190, 192, 193, 277, 281

Enfoque de género 265, 266, 269

Enseñanza 13, 15, 17, 18, 19, 22, 25, 27, 30, 123, 124, 125, 127, 129, 131, 132, 143, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 156, 161, 162, 169, 173, 174, 175, 176, 178, 181, 185, 188, 190, 191, 220, 221, 224, 270, 271, 278

Ensino profissional 78, 79, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91

Ensino superior 11, 54, 195, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 256, 260

Envolvimento 4, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 196, 201

Equidad 16, 23, 122, 125, 126, 129, 130, 152, 265, 266, 269, 271

Equidade 52, 204

Escritura 217, 219, 220, 221, 223, 224, 270, 278

Evaluación 16, 20, 22, 120, 131, 133, 148, 149, 151, 166, 168, 169, 170, 182, 187, 191, 217, 219, 221, 223, 224, 269

F

Fabricação social 93, 95, 96, 97, 99, 100, 105

Filosofia 33, 34, 35, 36, 38, 39, 42, 43, 54, 73, 74, 93, 100, 101, 103, 106, 107, 108, 155, 160, 165, 274, 282

Filosofia da Educação 33, 34, 35, 42, 43, 93, 106, 107, 108

Formação 33, 34, 35, 37, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 80, 81, 88, 91, 93, 97, 99, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 137, 140, 142, 192, 193, 195, 196, 202, 203, 212, 227, 228, 229, 230, 234, 235, 236, 242, 246, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

Formación axiológica 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170

Formación inicial 172, 174, 175, 176, 177, 190

G

Giro epistemológico 273, 279

I

Identidad 131, 152, 173, 217, 218, 219, 223, 224, 276, 277

Identidade 7, 33, 34, 35, 37, 42, 43, 83, 95, 101, 139, 238, 241, 245, 246

Ilhas 66

Improvisação 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

Inclusão 84, 109, 115, 116, 119, 120, 196, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 209

Inclusión 19, 109, 122, 124, 127, 129, 131, 134, 151, 173, 204

J

Jovens 3, 48, 49, 81, 82, 85, 88, 90, 91, 113, 195, 199, 201, 204, 237, 239, 240, 241, 242, 246, 247, 250, 251

L

Leyes sobre educación 13

Literatura 18, 32, 66, 67, 70, 74, 75, 76, 217, 219, 221, 251, 274

Ludicidade 135, 136, 137, 140

M

Memoria 71, 143, 144, 145, 147, 150, 151, 153, 217, 218, 219, 223, 224

Metodología 13, 17, 25, 44, 85, 89, 90, 91, 135, 136, 140, 142, 146, 157, 159, 160, 165, 171, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 194, 196, 203, 209, 214, 217, 223, 258, 265

Moçambique 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 109, 112, 113, 116, 117, 120, 121

Modelo pedagógico 154, 156, 157, 158, 159, 160, 170, 193

Movimentos 66, 139, 140, 141, 230, 233

N

NEE 109, 114, 115, 116, 119, 124, 125, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

O

Orientaciones curriculares 172, 173, 178

P

PAPIN 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235

Participación de las mujeres 265

Pedagogía 42, 47, 106, 155, 172, 173, 174, 177, 186, 189, 190, 191, 192, 230, 235, 253, 281

Percepção 44, 54, 88, 135, 137, 194

Perfil competencial 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21

Perfil de egreso 172, 176, 173, 176, 281

Pessoal da carreira 1, 3, 4, 6, 9, 11, 12

Políticas curriculares 131, 255

Proceso 16, 17, 19, 21, 23, 27, 58, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 148, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 162, 164, 169, 170, 174, 181, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 235, 275, 276, 277, 278

Processo de Bolonha 205, 206, 209, 215, 216

Profesores 55, 57, 64, 124, 129, 155, 156, 159, 162, 163, 165, 166, 179, 187, 188, 190, 192, 193, 194, 235, 269

Professores 48, 52, 54, 91, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 135, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 208, 210, 211, 212, 213, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 238, 262

Professores iniciantes 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235

Programa de Inserção Profissional 226, 231, 235

Q

Qualidade de ensino 44, 116, 117, 261

R

Reflexividade ética 237, 239, 247, 248, 251

Reformas 20, 21, 22, 51, 109, 121, 131, 206, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263

S

Sociedad de la información 179

Sociología 22, 47, 59, 106, 155, 161, 179, 180, 183, 185, 276, 281
Superación profesional 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193
Sustentabilidad 55, 56, 58, 59

T

Teoría fundamentada 13, 14, 16, 17, 21, 22
Transcendentalismo 66, 76
Trayectos formativos 172, 173, 174, 177
TVA 194

U

Universidade 1, 9, 11, 33, 35, 42, 43, 78, 90, 91, 92, 93, 106, 108, 109, 135, 136, 141, 142, 202, 203, 204, 205, 214, 215, 216, 225, 226, 227, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 255, 256, 262, 263, 264

V

Vacuna 23